

# Visão da semana: um clima de expectativa

ESTADÃO  
8 SET 1985

A nova equipe responsável pela política econômica começa a definir os rumos de sua atuação em meio a um clima de moderada expectativa. Os primeiros sinais de redução nas taxas de juro efetivamente surgiram muito mais como consequência da mudança na fórmula de cálculo da correção monetária do que como resultado de medidas destinadas a aliviar a pressão do setor público sobre o mercado financeiro.

Com efeito, predomina a expectativa sobre a condução da política monetária, já que as autoridades não poderão lançar mão, como o fazia a administração anterior, dos títulos de curto prazo. Talvez ciente desse quadro, o ministro da Fazenda revelou que, a seu ver, o momento propício para a desindexação já passou e que esta não encontra um clima favorável para ser promovida neste momento. Essa posição pode facilitar, aparentemente, a rolagem dos papéis que vencem em setembro e outubro, já que o mercado tenderia a aceitar ativos de maior prazo, sem o risco de uma desindexação imediata. No entanto, essa iniciativa talvez não seja suficiente para gerar a tranquilidade necessária nos meses seguintes, caso medidas mais drásticas não sejam tomadas em relação aos gastos do setor público.

Isso transfere, adicionalmente, a expectativa para as negociações

na área salarial, sendo possível detectar de imediato grandes pressões nesse setor. Um primeiro exemplo está sendo verificado no setor bancário, mas outros certamente virão, inclusive dentro de segmentos governamentais, como deixa transparecer o recente episódio da Previdência. O governo terá dificuldade em transmitir aos assalariados a necessidade de mais sacrifícios, se ele mesmo não der o exemplo.

No mês passado, a expansão da base monetária voltou a evidenciar um nível preocupante, com um crescimento de 12,7%, totalizando 230,7% nos últimos 12 meses e 78,5% desde janeiro. Embora parte desse resultado seja atribuível às operações do Banco do Brasil com a agricultura e as exportações, não deixa de revelar que a maior raiz continua localizada nas contas oficiais. O que preocupa, adicionalmente, é a falta de sintonia entre as autoridades econômicas, algumas afirmando ser absolutamente impensável promover novos cortes nos dispêndios, enquanto outras procuram manifestar maior propósito de firmeza neste sentido.

Com isso, pairam dúvidas quanto à solidez do desempenho da economia registrado nos índices de crescimento da produção industrial (9,92% em julho) e na recuperação das vendas do setor automobilístico (aumento de 3% em agosto, com a previsão de uma expansão de até

10% para o conjunto do ano). Vale lembrar que essa recuperação provavelmente espelha o controle de preços e a antecipação de compras por parte dos consumidores, perfeitamente cientes de que a inflação não está dando sinais claros de arrefecimento. Na medida em que o governo não tomar as providências complementares necessárias, o tabelamento de preços (ou das margens de lucro do comércio) não surtirá outro efeito, senão o de adiar a explosão inflacionária.

No setor externo, aguarda-se a retomada das negociações com o FMI, a qual talvez venha a ser conduzida pelo próprio ministro da Fazenda, que já manifestou disposição neste sentido, inclusive com a filosofia de manter os entendimentos dentro da normalidade (isso apesar de se ter cercado de assessores que não parecem pensar exatamente do mesmo modo). Em agosto, o Brasil obteve um superávit de US\$ 1,078 bilhão na balança comercial, mantendo assim as condições de chegar à meta de US\$ 12 bilhões até dezembro próximo.

Na área agrícola, prosseguiu o impasse entre citricultores e industriais, enquanto os exportadores de café começaram a se conformar com o contingenciamento determinado pelo IBC. O que preocupa no momento é a efetiva disponibilidade de crédito para financiar o custeio da próxima safra.